



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador IZALCI LUCAS

REQUERIMENTO Nº DE - CPIBETS

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos dos § 2º, V, e § 3º do art. 58 da Constituição Federal, dos arts. 1º e 2º da Lei nº 1.579/1952 e do art. 148 do Regimento Interno do Senado Federal, que seja submetido à deliberação do Plenário desta Comissão o pedido ora formulado de **REQUISICÃO DE DOCUMENTOS à Secretaria de Prêmios e Apostas (SPA) do Ministério da Fazenda, EM FORMATO DIGITAL, e conforme detalhamento abaixo**, no que couber, pelos fatos e fundamentos que na sequência serão expostos

1. Autorizações de Aposta: Documentos que comprovem a autorização concedida às empresas de apostas para operar no Brasil.
2. Certidões de Regularidade Fiscal e Trabalhista: Certidões negativas de dívidas com tributos federais, estaduais e municipais, bem como de dívidas trabalhistas.
3. Declarações de Reputação Ilibada: Declarações que comprovem a reputação ilibada dos administradores e sócios das empresas de apostas.
4. Certificados Técnicos: Certificados que comprovem a qualificação técnica dos sistemas de apostas e as políticas internas de prevenção e segurança.
5. Demonstrações Financeiras: Balanços financeiros e demonstrações de resultados das empresas de apostas.



6. Relatórios de Transações: Relatórios detalhados das transações financeiras realizadas pelas empresas de apostas.
7. Políticas de Prevenção à Lavagem de Dinheiro: Políticas internas adotadas pelas empresas para prevenir a lavagem de dinheiro e o financiamento ao terrorismo.
8. Comunicações Internas: Atas de reuniões que possam fornecer insights sobre práticas internas e estratégias de marketing.
9. Acesso ao Sistema de Gestão de Apostas (SIGAP): login e senha para acesso ao Sistema de Gestão de Apostas (SIGAP) – no ambiente de acesso restrito.

JUSTIFICAÇÃO

A justificativa para o presente requerimento de **REQUISIÇÃO DE DOCUMENTO** no âmbito desta Comissão Parlamentar de Inquérito – CPIBETS se apoia na crescente relevância dos jogos virtuais de apostas online no Brasil, especialmente no que tange às potenciais práticas ilícitas associadas a esse setor. A magnitude dos valores movimentados por essas plataformas de apostas é alarmante, havendo fortes indícios de que tais transações estejam sendo utilizadas para disfarçar operações de lavagem de dinheiro em larga escala.

Aliás, a ausência de transparência e a fragilidade dos mecanismos de controle sobre essas plataformas agravam o risco de que práticas criminosas estejam sendo amplamente facilitadas, exigindo a intervenção do poder legislativo para uma rigorosa análise dos processos financeiros relacionados aos jogos de apostas online, a fim de identificar as falhas nos sistemas de regulação e fiscalização atualmente vigentes e propor soluções que fortaleçam a capacidade estatal de combater o crime organizado e prevenir a lavagem de dinheiro.

Ressalte-se, outrossim, que, para além do aspecto financeiro, o impacto social e familiar dos jogos de apostas online não pode ser ignorado. Com o aumento exponencial do número de usuários e das quantias envolvidas, cresce



a preocupação com o endividamento das famílias brasileiras, a deterioração da saúde mental dos apostadores e os danos à economia doméstica. Há indícios de que esse fenômeno esteja contribuindo para um ciclo vicioso de perdas financeiras e adoecimento psicológico, o que torna ainda mais urgente uma resposta legislativa articulada e robusta.

Nesse contexto, a Secretaria de Prêmios e Apostas (SPA), vinculada ao Ministério da Fazenda, desempenha um papel central na regulamentação e fiscalização do mercado de apostas online no Brasil. A SPA é responsável pela emissão de licenças para as empresas de apostas, a definição de regras de pagamento de prêmios e pela supervisão das operações do setor, incluindo a prevenção à lavagem de dinheiro e fraudes. Os documentos ora requisitados da SPA pela CPIBETS são cruciais para esclarecer as estratégias de controle implementadas para garantir a integridade das plataformas de apostas e proteger os consumidores. Além disso, a SPA pode fornecer informações detalhadas sobre as falhas e desafios na aplicação das regulamentações que têm permitido a proliferação de práticas abusivas e manipulação de resultados.

Outrossim, o acesso ao ambiente restrito do Sistema de Gestão de Apostas (SIGAP) é necessário, pois trata-se de uma plataforma crítica para o gerenciamento e controle das operações de apostas online. Esse sistema provavelmente gerencia o fluxo de transações e a integridade dos dados financeiros, o que o torna fundamental para qualquer investigação sobre manipulação de resultados ou práticas fraudulentas. O acesso é necessário para examinar a eficácia dos mecanismos de controle e auditoria implementados, além de avaliar como a plataforma colabora com o governo e as autoridades reguladoras na prevenção de fraudes e na segurança dos dados dos apostadores.



Dessa forma, entende-se que os documentos ora solicitados desempenharão papel fundamental no suporte às atividades desta Comissão. Roga-se, portanto, o apoio dos nobres pares para a aprovação do presente requerimento.

Sala da Comissão, de de .

Senador Izalci Lucas
(PL - DF)

